



UNIDADE NORMATIVA EM SAÚDE: norma e tecnologia a serviço da saúde

INTRODUÇÃO

Este trabalho analisa a produção normativa em saúde, com foco na legislação sanitária no município do Recife, buscando identificar inovações e desafios na construção de um arcabouço regulatório eficaz, com base nos manuais de redação normativa e legislação em saúde. A constante evolução das práticas em saúde e a necessidade de se adequar às demandas contemporâneas impulsionam a revisão e aprimoramento das leis e regulamentos sanitários.

OBJETIVOS

O objetivo deste estudo é analisar a produção normativa em saúde no município do Recife, com ênfase na legislação sanitária, e identificar inovações e desafios na busca de um arcabouço regulatório eficaz. Por meio de uma análise comparativa, pretendemos examinar a conformidade com as boas práticas de redação normativa em saúde, avaliando a estrutura das leis, decretos e normas técnicas especiais, bem como seu impacto na efetiva regulação sanitária.

METODOLOGIA

A metodologia deste estudo envolve uma análise exploratório, descritivo e com abordagem qualitativa, onde comparamos diferentes instrumentos normativos, incluindo a Constituição Federal de 1988, leis municipais, decretos e normas técnicas especiais relacionadas à vigilância sanitária no município do Recife. O processo de revisão é fundamentado na avaliação das práticas de redação normativa em saúde, considerando critérios como clareza, lógica e conformidade com diretrizes legais estabelecidas. Este trabalho se propõe investigar, à luz da AIN - Análise de Impactos Normativos (BRASIL, 2014), o conteúdo de todas as Normas em Vigilância Sanitária (ANVISA, 2018) produzidas pelo município de Recife até o mês de junho de 2023, de modo a caracterizar o processo de produção normativa infralegal (DELGADO, 2015) no âmbito do Poder Executivo.

Os documentos a serem analisados são de acesso público e foram extraídos do banco de dados da Prefeitura de Recife, são um total de seis registros, sendo: o Código Sanitário Municipal (Lei nº 16.004/1995), a Norma Técnica Especial nº 01/2015, que dispõe sobre processamento de artigos em serviços de saúde e de interesse à saúde; a Norma Técnica Especial nº 01/2017, que dispõe sobre atividades relacionada à importação, exportação, extração, fabricação, produção, manipulação, beneficiamento, acondicionamento, transporte, armazenamento, distribuição, embalagem e reembalagem, fracionamento, comercialização e uso de alimentos; a Lei nº 18.864/2021, que estabelece novos procedimentos relativos ao licenciamento sanitário no âmbito do município do Recife; o Decreto nº 36.279/2023, que altera o decreto nº 31.992/2018; e o Decreto nº 36.521/2023, que regulamenta a lei municipal nº 18.864/2021 e estabelece os procedimentos para o requerimento, a tramitação e a conclusão, por meio eletrônico, do processo de licenciamento sanitário no âmbito da Secretaria Municipal de Saúde.

A partir desta coleta, investigaremos se essas produções estão à luz da Análise de Impactos Normativos (AIN) de Saúde, ou seja, se atendem aos requisitos de boas práticas de redação normativa em saúde, bem como se estão de acordo com a legística.

ANÁLISE DAS NORMATIVAS E LEGISLAÇÃO EM VIGILÂNCIA SANITÁRIA NO MUNICÍPIO DE RECIFE: UMA ABORDAGEM DE BOAS PRÁTICAS EM REDAÇÃO NORMATIVA EM SAÚDE.

Autores:

Carla Alessandra Moura de Azevedo, carlalessandr@gmail.com
Jéssica Emelyn dos Santos Gaudencio, jemelyn.11.js@gmail.com
Maria Claudia Ribeiro Agra, claudia.agra.vs@gmail.com
Rosely Kalil de Freitas Castro Carrari de Amorim,
roselykalil@alumni.usp.br
Tiago Vinicius Carneiro Marques, tiagovcmarques@gmail.com

Orientador: José Rafael Cutrim Costa

DISCUSSÃO

A análise tem evidenciado aspectos notáveis na produção normativa em saúde no município do Recife. Observamos inovações significativas na legislação sanitária, incluindo o avanço de procedimentos, como o Licenciamento Sanitário de forma digital, o que requer que hajam atualizações de regulamentações. Houve uma revisão abrangente na classificação de atividades consideradas de baixo risco, bem como a exigência de certificação da vigilância sanitária para setores econômicos específicos. A análise que o grupo vem realizando sobre as normativas e legislações vigentes tem demonstrado, em comparação à lista de itens, em conformidade com os Requisitos Técnicos em Boas Práticas em Redação Normativa em Saúde, da FioCruz, onde, tem-se observado o não segmento de todas as normativas na publicação da legislação. Acreditamos que no decorrer do processo, poderemos observar o impacto da Educação Permanente em Saúde, no que tange à elaboração de normas técnicas e regulamentos, de modo a corresponder ao padrão normativo de redação em saúde, reduzindo assim seus desvios e moldando um melhor entendimento e precisão das informações.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo enfatiza o compromisso contínuo com a adaptação e modernização da produção normativa em saúde no município do Recife. As inovações na legislação sanitária refletem a busca pela eficácia da regulação sanitária em um ambiente em constante evolução. Vale ressaltar que o processo de aprimoramento está em curso, e seu impacto total será avaliado à medida que novos procedimentos e normas sejam implementados.

REFERÊNCIAS

Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Departamento de Vigilância em Saúde Ambiental e Saúde do Trabalhador. Avaliação de Impacto à Saúde – AIS: metodologia adaptada para aplicação no Brasil / Ministério da Saúde, Secretaria de Vigilância em Saúde, Departamento de Vigilância em Saúde Ambiental e Saúde do Trabalhador. – Brasília: Ministério da Saúde, 2014. Acesso 22 mai 2023. Disponível em: <https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/avaliacao_impacto_saude_ais_metodologia.pdf>.

ANVISA. Portaria nº 1.741, de 12 de dezembro de 2018. Dispõe sobre as diretrizes e os procedimentos para melhoria da qualidade regulatória na Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa).

Delgado JS. Regulação sanitária: atribuição da agência nacional de vigilância sanitária em prol da saúde pública. Direito e Desenvolvimento, João Pessoa, v. 6, n. 12, p. 107-119. 2015. Acesso em: 03 jun 2023. Disponível em: <<https://periodicos.unipe.br/index.php/direitoedesarrollo/article/view/291/273>>.